

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Roberto Cidade
Governador Interino

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

EQUIDADE:

**Revista Eletrônica de Direito da
Universidade do Estado do Amazonas**

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. MSc. Helder Brandão Góes, UEA
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Primeira revisão e revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

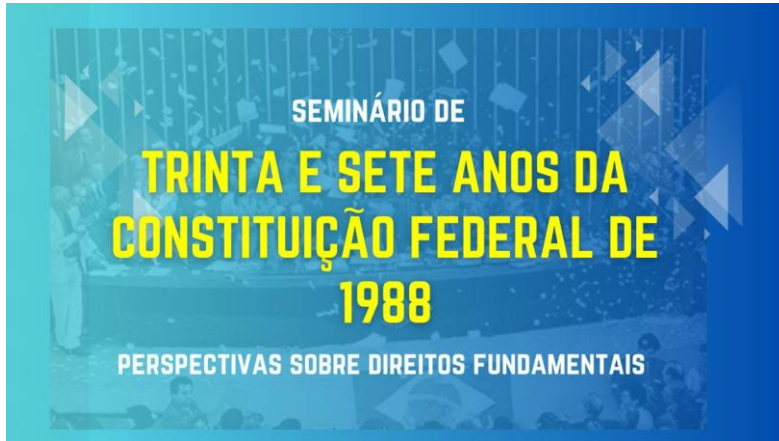


**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Profa. Esp. Ana Vilma Santana Munhoz
Profa. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Adv. Katrine Castro Sarmiento
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Comissão científica do evento

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima	Ana Clara Sarmento Cabral
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar	Andria da Costa Pereira
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte	Elias Nunes Pereira
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira	Elis Helena Castro Medeiros
Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Emilly Victória Batista do Santos
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Profa. Esp. BiancaCaelli Barreto Rodrigues	João Victor Osvaldo Souza
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Letícia de Lira Gomes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Katrine Castro Sarmento	Nilvana Linhares Fernandes
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nycolas Matos Carvalho
	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão Organizadora

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Comissão de Formatadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Avaliadores

Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Elis Helena Castro Medeiros
Prof. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues	Emilly Victória Batista do Santos
Prof. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	João Victor Osvaldo Souza
Adv. Katrine Castro Sarmento	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nilvana Linhares Fernandes
Ana Clara Sarmento Cabral	Nycolas Matos Carvalho
Andria da Costa Pereira	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão de revisores - Primeira revisão

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Esp. Roberta Priscila de Araújo Lima
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. Esp. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Comissão de revisores - Revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira
responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; ARAÚJO, Gláucia Maria Ribeiro de; NORTE, Naira Neila Batista de Oliveira Norte. Anais do Seminário 37 anos da Constituição Federal de 1988: perspectivas sobre Direitos Fundamentais. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

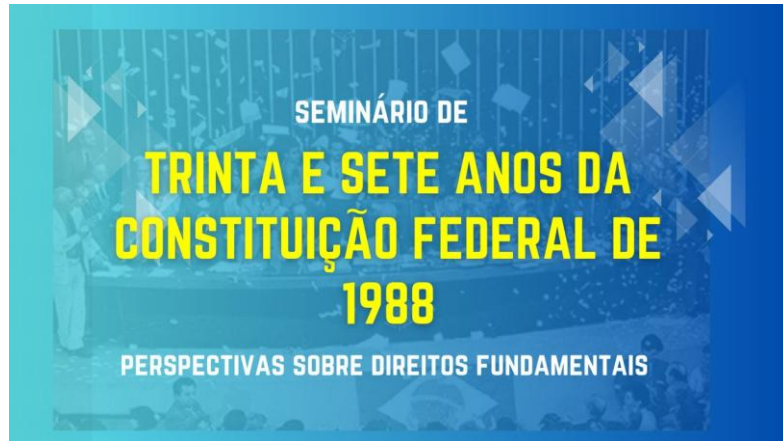
Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



APRESENTAÇÃO

A presente publicação é um volume da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, vinculada ao Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, e reúne os Anais do Seminário 37 Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas sobre Direitos Fundamentais, realizado em Manaus no ano de 2025.

O evento teve como objetivo promover a análise crítica e interdisciplinar dos Direitos Fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando os avanços normativos, os desafios estruturais e as tensões sociais que permeiam sua efetivação no contexto brasileiro contemporâneo. A Constituição de 1988, marco jurídico da redemocratização nacional, permanece como referência normativa central na consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, sendo objeto de contínua interpretação, aplicação e contestação.

Os trabalhos apresentados e compilados neste volume abordam temáticas constitucionais, com ênfase nas especificidades da região amazônica. A abordagem adotada privilegia o rigor metodológico, o pluralismo teórico e a relevância social das discussões, reafirmando o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação democrática.

A publicação dos Anais visa contribuir para o aprofundamento das pesquisas jurídicas e para o fortalecimento do debate acadêmico sobre os direitos fundamentais, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para a atuação crítica dos operadores do direito, em especial quando se trata da Amazônia, pensada por amazônidas e/ou erradicados nela. Espera-se que este volume constitua referência para futuros estudos e iniciativas voltadas à promoção da justiça, da equidade e da sustentabilidade.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma jurídico no Brasil, assentado na centralidade dos direitos fundamentais e na afirmação do Estado Democrático e social de Direito. Esse marco normativo não apenas reorganizou as estruturas institucionais, como também redefiniu os contornos da cidadania, ampliando o espectro de proteção jurídica aos indivíduos e coletividades. A positivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais consolidou um modelo constitucional abrangente, cuja efetividade permanece como desafio constante diante das desigualdades estruturais do país.

A análise dos direitos fundamentais sob a ótica da Constituição de 1988 exige a consideração de múltiplas dimensões: normativas, políticas, históricas e sociais. A interpretação constitucional, nesse contexto, não se limita à literalidade dos dispositivos, mas demanda uma hermenêutica comprometida com a promoção da dignidade humana, da justiça social e da inclusão. A atuação dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal, tem desempenhado papel relevante na concretização desses direitos, embora também suscite debates sobre ativismo judicial e limites da jurisdição constitucional.

No campo dos direitos sociais, observa-se que a Constituição de 1988 estabeleceu garantias importantes, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à previdência social. Contudo, a realização plena desses direitos depende de políticas públicas eficazes, financiamento adequado e gestão democrática. A tensão entre o texto constitucional e a realidade empírica revela a necessidade de fortalecimento institucional e de participação cidadã como mecanismos de controle e exigibilidade dos direitos previstos.

A perspectiva regional, especialmente no contexto amazônico, impõe a consideração de especificidades culturais, ambientais e socioeconômicas que influenciam diretamente a aplicação dos direitos fundamentais. A proteção dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e do meio ambiente assume relevância estratégica, não apenas pela riqueza biológica da região, mas também pela complexidade das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e justiça social. A Constituição de 1988 oferece instrumentos normativos para essa proteção, cuja efetividade requer compromisso político e jurídico contínuo.

Por fim, a celebração dos 37 anos da Constituição Federal de 1988 constitui oportunidade para reavaliar os avanços obtidos e os obstáculos persistentes na consolidação

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

dos direitos fundamentais. A produção acadêmica, como a que se apresenta neste volume, contribui para o aprofundamento crítico das questões constitucionais e para o fortalecimento da cultura jurídica democrática. A reflexão sobre os direitos fundamentais, nesse sentido, não se encerra no plano teórico, mas se projeta como prática transformadora voltada à construção de uma sociedade mais equitativa e plural.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

**PROJETO REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS COMO MECANISMO DE
COMBATE À VIOLÊNCIA NA CIDADE DE MANAUS/AM**

*PROTECTED NEIGHBORHOOD NETWORK PROJECT AS A MECHANISM TO
COMBAT VIOLENCE IN THE CITY OF MANAUS/AM*

**Kristorferson Almeida do Rêgo¹
Lincon de Oliveira Bernardes²
Denison Melo de Aguiar³
Neuton Alves de Lima⁴
Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁵**

1. INTRODUÇÃO

A segurança pública no Brasil figura como a segunda maior preocupação da população, atrás apenas da saúde (Datafolha, 2023). Nesse contexto, a Lei nº 13.675 de 2018 (Brasil, 2018), que instituiu a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNPDS), estabelece diretrizes que promovem o "policimento de proximidade" e a "segurança comunitária". Posto isto, este trabalho parte da premissa de que o aprimoramento da segurança pública exige uma transição prática do modelo tradicional e

¹Polícia Militar do Amazonas, Graduando em Segurança Pública e do Cidadão – *email*: kadr.spc24@uea.edu.br- <https://lattes.cnpq.br/4078604726881272>

²Polícia Militar do Amazonas, Graduando em Segurança Pública e do Cidadão – *email*: ldob.spc24@uea.edu.br -lattes.cnpq.br/5897395927250458

³Denison Melo de Aguiar. Pós-doutor em Direito pela UniSalento (Itália-2025). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

⁴Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁵ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

repressivo para um modelo de cooperação entre a polícia e a sociedade, buscando superar sua ineficácia diante das complexas mazelas sociais (Trojanowicz; Bucqueroux, 1994). Sumariamente, a investigação examina o Projeto Rede de Vizinhos Protegidos (POP n.º 13, PMSC) em Manaus, com o objetivo de verificar suas implicações sociais, sua fundamentação teórica e legal, e seus desafios de implementação, mormente em face da atuação de facções criminosas.

2. JUSTIFICATIVA

A relevância do estudo é tripla. Academicamente, ele contribui para as Academias de Direito da Amazônia, aprofundando a discussão sobre a aplicabilidade de políticas públicas na região. Por outro lado, cientificamente, fortalece a produção de conhecimento ao adaptar o tema a um contexto regional específico, a Amazônia. Em derradeiro, a relevância social reside na importância do trabalho para a sociedade, particularmente para a população Amazonense, pois o exame do Projeto Rede de Vizinhos Protegidos pode redundar em fortalecimento da relação entre a polícia e a comunidade, assim como em soluções para os desafios impostos pela violência e pelo crime organizado.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Investigar o Projeto Rede de Vizinhos Protegidos na cidade de Manaus, examinando suas implicações para a segurança pública e a comunidade.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Este estudo se propõe a perquirir a fundamentação teórica e legal do policiamento comunitário, além de examinar casos de sucesso do programa em outros estados brasileiros e identificar os desafios e oportunidades específicos para Manaus. Nessa perspectiva, o objetivo é propor recomendações estratégicas que garantam uma implementação humanizada e sustentável do programa.

3. PROBLEMA E HIPÓTESE

Como o Projeto Rede de Vizinhos Protegidos pode ser implementado com êxito na

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

cidade de Manaus, a fim de fortalecer a relação entre polícia e comunidade e contribuir para a redução significativa dos índices criminais?

A análise da implementação do projeto em Manaus pode ser bem-sucedida ao superar as falhas institucionais do passado e adaptar sua metodologia aos desafios impostos pelo crime organizado. Assim, a adoção de uma abordagem formalizada, aliada ao suporte institucional, poderá permitir que o programa enfrente e supere os obstáculos históricos e contextuais da região.

4. METODOLOGIA

A investigação evidenciou que o arcabouço jurídico brasileiro não se limita a permitir a parceria entre polícia e comunidade, mas a impõe, consoante o Artigo 144 da Constituição Federal de 1988. Sob esse prisma, os estudos apresentaram que a responsabilidade de "todos" preconiza que o cidadão deve participar ativamente em ações de prevenção e cooperação (Brasil, 1988).

Os resultados indicaram que a eficácia do Projeto Rede de Vizinhos Protegidos demonstra-se pela sua aplicação em outros estados, que podem ser referência para a sua implementação em Manaus. Em Santa Catarina, o programa resultou em uma redução de aproximadamente 50% nos roubos e homicídios (Marco Conceitual, [s.d.]). Em São Paulo, o Programa Vizinhança Solidária também foi reconhecido como uma ferramenta eficiente, promovendo uma expressiva redução nos índices de roubo e furto (Associação dos Amigos de Alto dos Pinheiros, [s.d.]). Além do mais, no Distrito Federal, o programa é usado como ferramenta de inteligência policial para otimizar a resposta repressiva e a atividade investigativa.

Todavia, a cidade de Manaus enfrenta desafios peculiares. À vista disso, o insucesso de programas anteriores se deveu a uma falha institucional, como a falta de efetivo e a desmotivação policial (Vocativo, 2025; FBSP, 2025). Ademais, um dos maiores obstáculos é a atuação de facções criminosas que exercem controle social informal em certas localidades (Feltran, 2010; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023; Almeida, 2017; Fayal, 2023). Destarte, a colaboração com as forças de segurança expõe os cidadãos a riscos de retaliação (Alessi; Rodrigues, 2021).

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

5. RESULTADOS

A investigação evidenciou que o arcabouço jurídico brasileiro não se limita a permitir a parceria entre polícia e comunidade, mas a impõe, consoante o Artigo 144 da Constituição Federal de 1988. Sob esse prisma, os estudos apresentaram que a responsabilidade de "todos" preconiza que o cidadão deve participar ativamente em ações de prevenção e cooperação (Brasil, 1988).

Os resultados indicaram que a eficácia do Projeto Rede de Vizinhos Protegidos demonstra-se pela sua aplicação em outros estados, que podem ser referência para a sua implementação em Manaus. Em Santa Catarina, o programa resultou em uma redução de aproximadamente 50% nos roubos e homicídios (Marco Conceitual, [s.d.]). Em São Paulo, o Programa Vizinhança Solidária também foi reconhecido como uma ferramenta eficiente, promovendo uma expressiva redução nos índices de roubo e furto (Associação dos Amigos de Alto dos Pinheiros, [s.d.]). Além do mais, no Distrito Federal, o programa é usado como ferramenta de inteligência policial para otimizar a resposta repressiva e a atividade investigativa.

Todavia, a cidade de Manaus enfrenta desafios peculiares. À vista disso, o insucesso de programas anteriores se deveu a uma falha institucional, como a falta de efetivo e a desmotivação policial (Vocativo, 2025; FBSP, 2025). Ademais, um dos maiores obstáculos é a atuação de facções criminosas que exercem controle social informal em certas localidades (Feltran, 2010; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023; Almeida, 2017; Fayal, 2023). Destarte, a colaboração com as forças de segurança expõe os cidadãos a riscos de retaliação (Alessi; Rodrigues, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Rede de Vizinhos Protegidos é uma estratégia robusta e com sólido embasamento teórico e legal. No entanto, seu sucesso em Manaus dependerá da superação de falhas institucionais e da adaptação da metodologia à realidade do crime organizado. Convém salientar que a realização do projeto é uma ferramenta de reestruturação social, buscando restabelecer a confiança entre a população e o Estado. Por desfecho, espera-se que, com o apoio institucional adequado, o programa consiga se adaptar à realidade do crime organizado, contribuindo para a redução dos índices criminais e o fortalecimento da segurança na cidade.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

REFERÊNCIAS

ALESSI, G.; RODRIGUES, E. **Linha de frente na guerra entre facções no Amazonas, bairro da Compensa em Manaus vive dias sangrentos**. El País Brasil, São Paulo, 28 abr. 2021.

ALMEIDA, R. S. de; ALMEIDA, N. S. **A Atuação do Estado Paralelo na Sociedade Brasileira: O Caso das Organizações Criminosas**. In: Encontro de Iniciação Científica, 2017, Jaú. **Anais...** Jaú: Fundação Educacional Dr. Raul Bauab, 2017.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE ALTO DOS PINHEIROS, SAAP.

BRASIL, [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. **Lei n.º 13675**, de junho de 2018, Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal [...]. Diário Oficial da União, 11 jun. 2018.

DATAFOLHA. **Saúde pública é o principal problema do Brasil para 23%**. iG Saúde, 8 dez. 2023.

FAYALL, R. A. **O enfrentamento do crime organizado no Brasil: uma análise da estrutura de segurança do Estado**. 2023. 194 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança, Instituto de Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

FELTRAN, G. de S. **Quando a cidade invade a prisão: a sociabilidade de presos no contexto dos dilemas da prisão, da justiça e da segurança pública no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 25, n. 73, p. 29-45, jun. 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **A interiorização das facções criminosas na Amazônia**. [s.l.], [s.d.].

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia**. 2. ed. São Paulo: FBSP, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2025.

MARCO CONCEITUAL do Programa Rede de Vizinhos Protegidos da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO, IMPLANTAÇÃO DA REDE DE VIZINHOS PMSC, POP n. 13.

SAMPAIO, Pedro Paulo Porto de; DURANTE FILHO, Eliser Antonio. **Gestão pela Qualidade Aplicada à Polícia Comunitária**. In: Polícia comunitária. Curitiba, PR:

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Ministério da Justiça e Segurança Pública/SEGEN, 2021.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policamento comunitário**: como começar? Tradução de Mina Seinfeld de Carakushansk. Rio de Janeiro: PMERJ, 1994.

VOCATIVO. **Relatório revela agravamento da violência no Amazonas**. 25 jul. 2025.

PALAVRAS-CHAVE: polícia comunitária; segurança pública; violência.

KEY WORDS: *community policing; Public Safety; Violence.*

Data de submissão do manuscrito: 21/09/2025.

Data de aprovação do manuscrito: